



## **CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TOCANTINS**

**Waldecy Rodrigues  
Renan Pereira Neves**

### **RESUMO**

Capital social está relacionado com a forma de organização da sociedade e sua eficácia em suas ações e projetos coletivos. Putnam em contribuição seminal, nas regiões italianas, constatou que onde havia maior participação e engajamento cívico, ou seja, maior capital social, também havia regiões mais prósperas e com melhores níveis de qualidade de vida. No Tocantins existe esta relação e capital social e desenvolvimento das regiões? Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre capital social e desenvolvimento regional, tendo o Estado do Tocantins como estudo de caso. O trabalho seguiu as seguintes etapas metodológicas: 1) foi criado e calculado o Índice de Capital Social; 2) foi especificado um modelo teórico e estatístico dos determinantes do capital social 3) foi verificado estatisticamente se o capital social interfere nos índices de qualidade de vida e nos níveis de pobreza e a dimensão desta influência. O capital social no Tocantins suas microrregiões é baixo. Significando que existem poucas comunidades cívicas com consequências sobre os níveis de confiança social. Com isto, conforme foi comprovado pela pesquisa, que os níveis de capital social têm relação com a elevação da qualidade de vida e a redução da pobreza, essa também é uma estratégia para que o Estado do Tocantins promova seu desenvolvimento e de suas regiões.

**Palavras-chaves:** Capital social; desenvolvimento regional; estado do Tocantins.

### **CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE STATE OF TOCANTINS ABSTRACT**

Social capital is related to the form of organization of society and its effectiveness in their actions and collective projects. Putnam's seminal contribution, the Italian regions, found that where there was greater participation and civic engagement, ie, greater social capital, there were also more prosperous regions and better quality of living standards. In Tocantins there is this relationship and social capital and regional development? This paper aims to discuss the relationship between social capital and regional development, with the State of Tocantins as a case study. The study followed the following methodological steps: 1) was created and calculated the Social Capital Index; 2) was specified theoretical and statistical model of the determinants of social capital 3) was statistically verified that the capital interfere with quality of life and indices and to reduce poverty levels the extent of this influence. The share capital in Tocantins your micro is low. Meaning that there are few civic communities with consequences on the levels of social trust. With this, as evidenced in the research, that

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
Desenvolvimento  
Regional  
mestrado e doutorado



the levels of social capital are related to the increase in quality of life, this is also a strategy for the State of Tocantins promote their development and their regions.

**Key-words:** Social capital; regional development; Tocantins.

### INTRODUÇÃO

Capital social tem a função de facilitar as ações dos membros de um grupo que o possua, chamado por Putnam (2000) de grupo cívico ou comunidade cívica. Isso ocorre porque é retirada a necessidade de se recorrer a contratos para transações econômicas, por exemplo, pois a confiança compartilhada entre os membros do grupo cívico sustenta a realização das obrigações de um membro para com o outro. Assim, cria-se um ambiente favorável para as trocas através da redução de custos de transação.

Agregar os indivíduos em um grupo cujas regras de participação são sustentadas pela confiança mútua e pela credibilidade dos membros portadores de expectativas e obrigações é a definição de virtude cívica de Putnam (2000). A virtude cívica, ou seja, a qualidade de um grupo social ser cívico é sinônima de credibilidade de seus participantes.

Para que existam normas informais eficientes, aquelas sustentadas pela confiança mútua e pelos benefícios adquiridos pelos membros da comunidade cívica é necessária certa restrição à entrada de novos participantes (closure). Em outras palavras, a confiança mútua dos participantes de uma comunidade cívica surge de um processo rigoroso de admissão de seus participantes. Quando membros de um grupo confiam um no outro, haverá uma espécie de crédito no momento em que um participante fizer algo pelo outro. Isso é chamado de credibilidade dos membros. Enquanto, tais créditos e débitos podem ser chamados de expectativas e obrigações, respectivamente.

É claro que ações orientadas pela confiança social são tão racionais como aquelas orientadas pela falta de confiança social. Logo, o capital social deve trazer mais eficiência a todo sistema econômico ao proporcionar maior liberdade e confiabilidade às transações econômicas. “As relações de confiança permitem à *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de “oportunismo”, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente” (Putnam, 2000, p. 103).

A literatura internacional aponta que participar de uma comunidade cívica parece elevar a qualidade de vida. Uma pesquisa realizada por Putnam (2000, p. 126) na Itália apontou que “[...] os cidadãos das regiões cívicas estão muito mais satisfeitos com a vida. A felicidade mora numa comunidade cívica”. Coleman (1988) também lança a hipótese que o capital social é um contribuinte das diferenças de qualidade de vida entre países e regiões, mas por aquilo que ele chama de auto reforço entre os capitais social e humano, ou seja, uma comunidade cívica tem mecanismos informais de participação e controle que melhoram os níveis de aproveitamento dos sistemas educacionais, que por sua vez criam melhores condições para o desenvolvimento humano.

É possível mensurar o capital social? Quais são os seus determinantes? Existe relação dos níveis de capital social com desenvolvimento das regiões? As pesquisas feitas com capital social, em regra são de caráter subjetivo e qualitativo. Porém, é bom salientar que o próprio esforço seminal de Putnam (2000) ao estudar as diferenças de desenvolvimento na Itália pelos níveis de capital social encontrados, utilizou tantos dados de natureza qualitativa, quanto quantitativa. Então, abre-se sim a possibilidade para tentativas de mensuração do capital social como esta proposta neste trabalho, o que se deve ter são cuidados analíticos no sentido de se verificar a consistências dos dados e sua representação diante do fenômeno que está sendo investigado.

Assim, este artigo tem como principal objetivo calcular o índice de capital social para o estado do Tocantins e seus municípios, verificar sua consistência analítica com a teoria, e avaliar os efeitos que o capital social apresentou nas diferenças entre qualidade de vida e níveis de pobreza dos municípios tocantinenses.



## MATERIAL E MÉTODOS

### Determinantes do capital social

O capital social pode ser representado por maiores níveis de associativismo e pelo maior engajamento cívico da população, o associativismo (Putnam, 2000, p. 105). O autor afirma que elevado grau de associativismo reforça o capital social, fazendo existir, assim, efeitos autônomos no longo prazo sobre ele. Ou seja, associativismo alimenta um ciclo virtuoso de capital social.

Ainda conforme Putnam (2000, p. 102), “tal comunidade [a comunidade cívica] se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência”. Para o indicador de capital social trabalhado aqui, “relações horizontais de reciprocidade e cooperação” são as funções deliberativa e participativa dos conselhos municipais, bem como a alta frequência das reuniões. Supõe-se, portanto, que esta variável interfira proporcionalmente no capital social.

A seguir foram colocadas as variáveis levantadas pela literatura que contribuem para a existência e o crescimento do capital social: maiores níveis de educação; acesso à informação; maior percentual de religiosos totais; produto interno bruto *per capita* e percentual de naturais do município (*closure*).

O nível educacional está positivamente relacionado com capital social de acordo com Putnam (2000) e Coleman (1988). A comunidade cívica é caracterizada “por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (Putnam, 2000, p. 30-31). A credibilidade, afirma Coleman (1988), da estrutura social – que nada mais é que um ambiente onde é compartilhada a confiança – é decorrente da existência de *closure*. Credibilidade da estrutura social permite a proliferação de obrigações e expectativas, ou seja, solidariedade.

A comunidade cívica, para manter tradições de cooperação, deve possuir barreiras à entrada de novos membros. Isso não significa a existência de práticas de exclusão, como a discriminação ou o racismo, por exemplo. Mas uma dificuldade de se tornar membro por questões de confiança e interesse. Na pesquisa de Putnam *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



(2000, p. 162) na Itália, mostrou-se que, de modo geral, “[...] as regiões que hoje são cívicas são também prósperas, industrializadas”.

O acesso a meios de informação, principalmente a obtenção de informações comunitárias através da comunidade cívica deve ser responsável por maior nível de capital social. Espera-se que o quanto maior seja esse indicador, maior seja o efeito positivo no indicador de capital social.

Por fim, testar-se-á se estas características determinam a existência de capital social no Tocantins.

### **Mensuração do capital social**

Durante a pesquisa buscou-se definir o conceito de capital social através de três autores considerados fundamentais neste tema: Robert D. Putnam e James S. Coleman. Também se buscou artigos científicos a fim de complementar teoricamente os diferentes tentáculos conceituais deste conceito.

O trabalho seguiu as seguintes etapas metodológicas: 1) foi criado e calculado o Índice de Capital Social; 2) foi especificado um modelo teórico e estatístico dos determinantes do capital social 3) foi verificado estatisticamente se o capital social interfere nos índices de qualidade de vida e na redução dos níveis de pobreza e a dimensão desta influência.

Foi construído um indicador de capital social subsidiado por dados do IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego e Organização das Cooperativas do Brasil. O ICS é composto de dois grupos: 1) dimensão econômica<sup>1</sup>; 2) dimensão cívica. O primeiro componente tenta mensurar a participação da sociedade civil na economia através de dados sobre cooperativismo e associativismo. O segundo componente, construído a partir da quantidade e qualidade dos conselhos municipais, tem o intuito de observar o resultado das mudanças formais/institucionais (aquelas estimuladas ou não

---

<sup>1</sup> Quando o número de ocupados na semana de referência do IBGE em 2010 do município em 2010, distribuiu-se o excedente (o percentual acima de 100%) na macrorregião (a diferença entre a quantidade de associados e população de ocupados). Foi feita uma distribuição ponderada para cada macrorregional (excedente macrorregional dividido pela população macrorregional de ocupados) para os municípios que não possuíam excedente fazendo a multiplicação da população de ocupados de cada município pela distribuição ponderada macrorregional. Após esse procedimento, normalizaram-se todos os valores dividindo todos pelo maior valor encontrado ( município de Cerro Largo – RS).



economicamente e legalmente pelo Estado) nas estruturas sociais informais (aquelas que surgem espontaneamente) e na cultura da população dos municípios tocantinenses – mudanças institucionais foram destacadas na pesquisa de Putnam (2000) como causadoras de mudanças positivas em toda a estrutura social regional. A fórmula do ICS municipal utilizada:

$$\text{ICS} = \frac{\left\{ \frac{\text{Conselhos existentes}}{\text{Total de conselhos}} \times \frac{\text{Conselhos ótimos e bons}}{\text{Conselhos existentes}} \right\} + \left\{ \frac{\text{N}^\circ \text{ de associados e cooperados}}{\text{População total}} \times \frac{\text{N}^\circ \text{ de membros participativos}}{\text{N}^\circ \text{ de associados e cooperados}} \right\}}{2} \quad (01)$$

O Indicador de Capital Social – ICS - varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o ICS. Os resultados obtidos pela fórmula (1), ou por parte dela, foram classificados em 5 classes: muito baixo (de 0,0 a 0,2); baixo (de 0,2 até 0,4); médio (de 0,4 até 0,6); alto (de 0,6 até 0,8) e muito alto (de 0,8 até 1,0).

A partir dos dados referentes a conselhos municipais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) foi calculada a dimensão do esforço cívico. Os conselhos municipais são instâncias de exercício da cidadania, servindo ao controle social da gestão pública.

Os conselhos sociais são os de: educação; saúde; criança e adolescente; tutelar; habitação; direitos do idoso. Os conselhos humanos são os de: saneamento; direitos humanos; de igualdade racial ou similar; de política para as mulheres; de pessoa com deficiência e de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. O resultado da Dimensão Cívica é a média dos 12 conselhos municipais bons e/ou ótimos avaliados.

Para avaliar a igualdade política, um dos determinantes do capital social, foi necessário avaliar os conselhos sociais conforme as características que os classifiquem como bons ou ótimos. A forma prioritária de avaliação leva em consideração três aspectos: se o conselho é deliberativo, se ele é paritário ou tem maior representação da sociedade civil e, ao mesmo tempo, se ele é periódico. Se esses dados não estavam disponíveis, utilizou-se uma forma alternativa de avaliação

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



que descreve como bons ou ótimos aqueles conselhos que possuem orçamento próprio. A primeira forma é uma tentativa de aproximação da capacidade de autogoverno por parte da comunidade<sup>2</sup>. A segunda forma mostra uma elevada participação social a ponto de criar um orçamento próprio.

Os conselhos de direitos humanos, por sua vez, são todos considerados bons ou ótimos em decorrência de sua existência. Isso indica que provavelmente esses conselhos não são estimulados economicamente nem legalmente, ou seja, surgem espontaneamente em decorrência da comunidade cívica, em decorrência do capital social.

Para a medição da dimensão econômica do capital social (segunda parte da equação 01), foram utilizados dados do Ministério do Trabalho, e da Organização das Cooperativas do Brasil. Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE do Tocantins mostram o número de associações, cooperativas e grupos informais relacionados à economia solidária. Também está disponível a quantidade municipal dos membros de todos estes grupos, de maneira agregada.

Após o cálculo do ICS, foi verificado se as variáveis levantadas por Putnam (2000) e Coleman (1988), são aplicáveis no caso do estado do Tocantins. Foram consideradas como variáveis explicativas dos níveis de capital social: Indicador de capital humano; percentual da população de 2010 de 10 anos de idade ou mais com ensino fundamental completo, médio incompleto ou completo e superior completo ou incompleto (Edu); indicador de informação domiciliar (percentual de domicílios com rádio, TV e microcomputador com acesso à internet) (IDD); quantidade de rádios comunitárias no município em dezembro de 2012 (Rad); percentual de religiosos totais em 2010 (PercRel); PIB per capita (PIBpc); percentual de naturais do município (PercNM).

Putnam (2000) encontrou em suas pesquisas na Itália que quanto maiores os níveis de educação, a informação comunitária, a industrialização, maior será o capital

---

<sup>2</sup> Autogoverno por parte da sociedade é um fator determinante segundo Amartya Sen (2000). É a capacidade de a própria comunidade decidir a respeito de seu futuro. Será visto na seção MATERIAL E MÉTODOS que autogoverno é uma importante liberdade: o sentido do desenvolvimento.



social da região. O percentual de naturais do município (closure) pode proporcionar um efeito ambíguo, dependendo de como as tradições e a cultura promova ou não o engajamento cívico. Similar efeito tem o papel da participação religiosa, dependendo de como ocorre o engajamento da população religiosa nos assuntos comunitários, o percentual de religiosos pode contribuir positivamente ou negativamente ao capital social.

Por fim, os indicadores municipais de capital social foram correlacionados com os indicadores de qualidade de vida e de pobreza, para verificar a intensidade e natureza quantitativa de suas relações. A expectativa é de que regiões com níveis de capital social mais elevados tenha maior qualidade de vida e menor índices de pobreza, chamaremos isto de Efeito Putnam, pois este encontrou estas evidências em seus estudos na Itália. Também, será verificado se os níveis de capital social elevam as condições para a melhoria das condições do capital humano, que por sua vez, ajuda a promover o desenvolvimento das regiões, este será chamado de Efeito Coleman.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Diagnóstico regional do Estado do Tocantins

O Tocantins possui 139 municípios e oito microrregiões. Foi o estado da federação que apresentou maior taxa de crescimento do PIB real (corrigido a inflação) *per capita* de 2000-2010 (6,92%). Em se tratando de maior qualidade de vida (mensurado pelo IDHM, 2010), Tocantins é o décimo oitavo Estado (0,580) – estando abaixo da média municipal brasileira (0,649). É o 11º Estado de maior percentagem de domicílios com renda *per capita* até  $\frac{1}{4}$  salário mínimo (22,7%), a microrregião do Bico do Papagaio é a segunda microrregião de maior taxa (26,7%).

Do ponto de vista regional, o Bico do Papagaio possui a terceira menor variável representativa da quantidade possuída de capital humano pela população – a percentagem de população com ensino fundamental completo e médio incompleto, médio incompleto e superior incompleto e superior completo. Essa microrregião é a segunda que menos contribui para o PIB industrial do Estado (apenas 4.95%), é a que

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*





menos contribui para o PIB da agropecuária (6.73%) e é a terceira microrregião que menos contribui para o PIB de comércio e serviços (4.93%). A maior percentagem de pobres<sup>3</sup> é encontrada nessa microrregião. Enfim, Bico do Papagaio é uma região pobre, relativamente e absolutamente, e a média da população não apresenta elevados níveis nem de humano.

Por outro lado, Bico do Papagaio tem o maior número de conselhos municipais de direitos humanos. A menor quantidade de conselhos de direitos humanos é observada em Porto Nacional, a microrregião que apresentou maior PIB *per capita* em 2010. Em relação aos conselhos de direitos sociais, o fenômeno se repete. A microrregião de Porto Nacional é a região mais populosa, descartando então a possibilidade do fenômeno decorrer da ponderação do PIB. O maior PIB de 2010 é encontrado na microrregião de Porto Nacional.

A microrregião de Porto Nacional possui a maior taxa de urbanização (91,4%), enquanto o Bico do Papagaio possui a segunda menor taxa (66.1%). Bico do Papagaio é a quarta microrregião que mais cresceu em PIB real (corrigido a inflação) *per capita* de 2000 até 2010 (7,60%), enquanto a microrregião de Porto Nacional é a quinta (6,73%). Observe a tabela 1, abaixo.

**Tabela 1. Características das microrregiões e do Estado do Tocantins em 2013.**

Microrregiões do Tocantins	Tocantins	Araguaína	Bico do Papagaio	Dianópolis	Gurupi	Jalapão	Miracema do Tocantins	Porto Nacional	F
População Total	1090106	278707	196367	118110	137217	71925	142293	322824	
IDH – 2000	0.66	0.66	0.61	0.65	0.71	0.62	0.68	0.68	
IFDM – 2010	0.58	0.6	0.56	0.58	0.63	0.53	0.58	0.62	
Pib de 2010 <i>Per Capita</i>	R\$ 12461,74	R\$ 11612,16	R\$ 6324,79	R\$ 9989,59	R\$ 15414,08	R\$ 10723,17	R\$ 13099,15	R\$ 15960,51	1
Participação no PIB Industrial	100.00%	17.83%	4.95%	6.27%	15.64%	2.10%	14.82%	31.34%	

<sup>3</sup> Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência com rendimento de todos os trabalhos inferior a ½ salário mínimo.



Taxa de Crescimento Real do PIB <i>Per Capita</i> 2000 – 2010	6.92%	6.09%	7.60%	8.38%	5.49%	11.74%	7.85%	6.73%
Taxa de Educação*	46.19%	47.82%	37.05%	34.64%	49.73%	30.24%	38.22%	59.92%
Total de Associados, Cooperados e Participantes**	48546	7211	12522	6672	4483	1520	4276	6180
Taxa de Pobres***	10.75%	10.42%	14.30%	12.96%	9.39%	13.57%	12.49%	7.33%
Conselhos de Direitos Humanos	54	8	13	4	10	4	7	3
Conselhos de Direitos Sociais	754	96	137	105	76	80	129	58

Fonte: IBGE (2010), Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), OCB/BR (2013) e MTE (2007).

\*Percentual da população de 2010 de 10 anos de idade ou mais com ensino fundamental completo, médio incompleto ou completo e superior completo ou incompleto.

\*\*É a quantidade de membros de grupos para economia solidária (MTE-2007) mais cooperados cadastrados na região (2013).

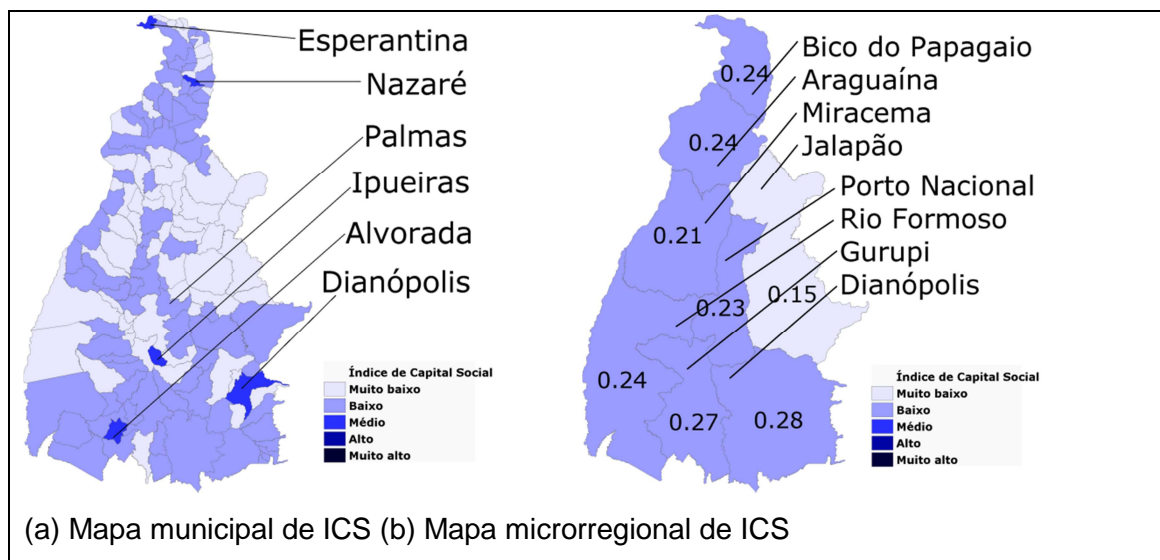
\*\*\*É o percentual da população de 2010 de pessoas ocupadas na semana de referência IBGE com renda de até 1/2 salário mínimo.

### O capital social no Tocantins

Os municípios que apresentaram maiores ICS's foram: Esperantina (0,57), Ipueiras (0,52) e Nazaré (0,48). Nesses três municípios, em média 31% da população total participa de algum tipo de associação (figura 1 e tabela 2).

### Figura 1. Indicador de Capital Social Municipal e Microrregional no Estado do Tocantins em 2013.

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 2. Características das microrregiões e do Estado do Tocantins em 2013.**

Municípios	ICS	Taxa de Crescimento Real do PIB Per Capita 2000 - 2010	PIB de 2010	Percentual da população total de participantes	Dimensão Econômica	Dimensão Cívica
Esperantina	0.57	8.2%	4907 1	23.3%	0.63	0.50
Ipueiras	0.52	8.2%	1875 5	36.0%	0.63	0.42
Nazaré	0.48	7.8%	2618 6	32.5%	0.63	0.33
Palmas	0.26	5.9%	3927 446	1.5%	0.50	0.02
Araguaína	0.26	5.0%	1922 814	1.5%	0.50	0.02
Gurupi	0.27	3.1%	1102 899	3.3%	0.50	0.04
Rio dos Bois	0.09	8.5%	3303 1	0.2%	0.00	0.17
Brasilândia do Tocantins	0.09	8.0%	2360 5	0.2%	0.00	0.17
Juarina	0.09	6.8%	1841	0.2%	0.00	0.17

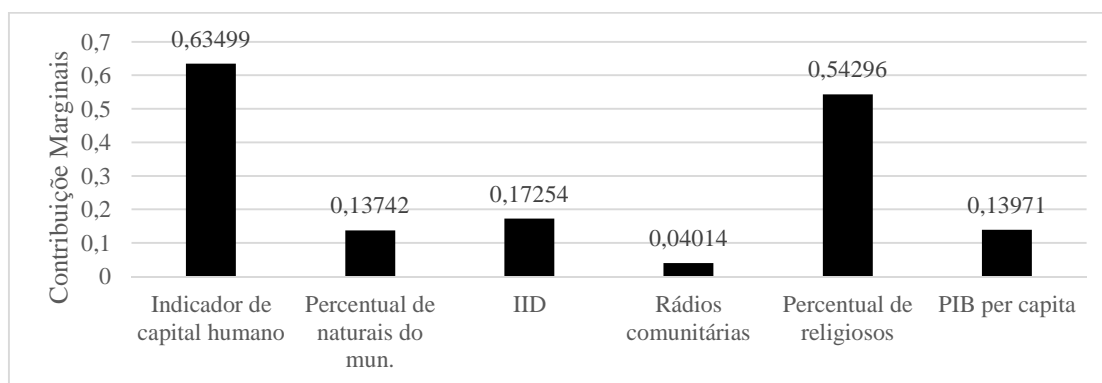


**Fonte:** IBGE (2010) e Sistema Firjan (2010).

Observando os três municípios de menor ICS na tabela 2, Brasilândia, Rio dos Bois e Juarina, sabe-se que todos eles têm aproximadamente o mesmo ICS (0,09). Nesses municípios, de acordo com IBGE (2011), não existe nenhum conselho de direitos humanos. E três dos dez municípios de menor ICS's estão entre os quinze municípios com piores IDHM (2010).

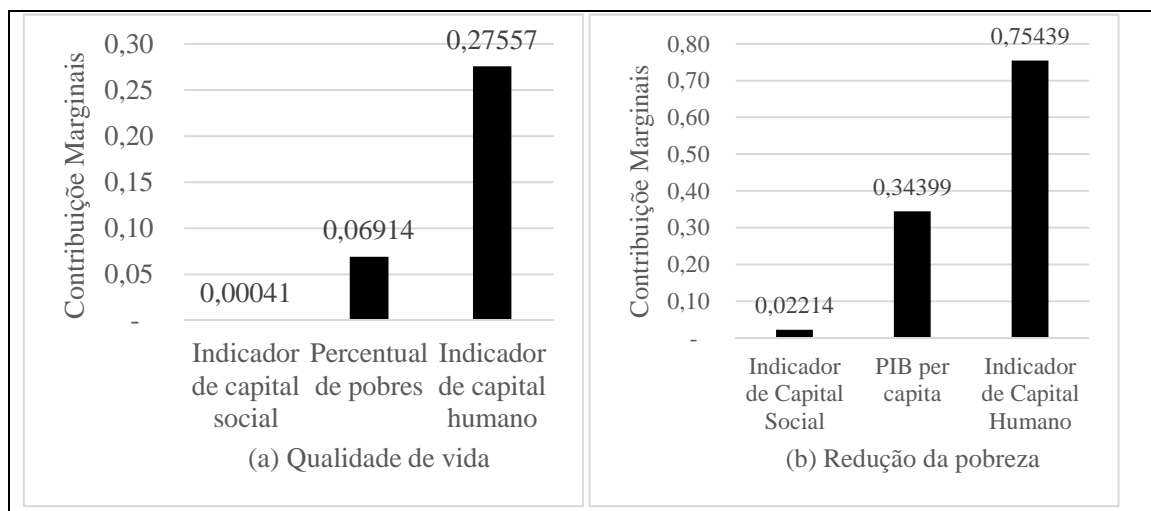
Verifica-se que as variáveis explicativas seguem as expectativas teóricas. E conforme o Gráfico 1, que mostra a contribuição marginal de cada variável explicativa ao ICS, a variável que mais contribui para a ampliação dos níveis de capital social no Tocantins é o indicador de capital humano (0,63499), seguido pelo percentual de religiosos (0,54296), pelo IID (0,17254), pelo PIB *per capita* (0,13971), pelo percentual de naturais do município (0,13742) e pela quantidade de rádios comunitárias (0,04014).

**Gráfico 1. Contribuições marginais das variáveis dependentes ao crescimento do Índice de Capital Social no Tocantins**



**Fonte:** Elaboração própria.

**Gráfico 2. Contribuições marginais ao crescimento da qualidade de vida e à redução da pobreza no Tocantins**



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2010; 2011), MTE (2007) e OCB (2013).

Conclui-se que para elevar os níveis de capital social, deve-se investir principalmente no acesso e na qualidade da educação. As demais variáveis foram inseridas no modelo para observar as características da população que possui capital social. Sabe-se com isso qual o público está mais propenso a participar de uma comunidade cívica: o indivíduo religioso, com mais capital humano e que tem em seu domicílio TV, computador com acesso à internet e rádio. Também se sabe o perfil dos municípios de mais capital social: aqueles que possuem rádio comunitária, maior percentual de moradores que nasceram naquela região e maior PIB *per capita*.

Por fim, e mais relevante, foi verificado que capital humano e social se retroalimentam, confirmando, o chamado Efeito Coleman, e isto tem efeitos positivos sobre os níveis de qualidade de vida, aqui medidos pelo IDHM (2010). Também, esta relação entre capital social e capital humano foram confirmadas na redução dos níveis de pobreza.

## CONCLUSÕES

Este trabalho desenvolveu um indicador de capital social, testou suas variáveis explicativas apontadas pela teoria e sua contribuição para o aumento da qualidade de *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



vida e a redução da pobreza, tendo como caso o Estado do Tocantins. O capital social no Tocantins é baixo. Significando que existem poucas comunidades cívicas nos termos de Putnam (2000), com consequências sobre os níveis de confiança social.

Nos municípios tocantinenses, foi confirmada que as mais fortes variáveis explicativas do capital social são pela ordem decrescente de influência: o indicador de capital humano, o percentual de religiosos, o indicador de informação domiciliar, o PIB *per capita*, o percentual de naturais do município e a quantidade de rádios comunitárias. Todas essas variáveis explicativas são evidências da existência de capital social estabelecidas por Putnam (2000).

Para se elevar a qualidade de vida e promover a redução da pobreza, constatou-se a importância de se ampliar os capitais social e humano, e seu reforço mútuo., o que comprova a hipótese central de Coleman (1988).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – 2011**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip_xls.shtm)>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Banco de Dados Agregados, 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=4&p=CD&z=t&o=3>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Atlas da Economia Solidária, 2007**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 21 ago. 2013.

COLEMAN, J. S. **'Social Capital in the Creation of Human Capital'**. The American Journal of Sociology. 94 (supplement), 1988, p. S95-S120.

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle Social: Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social.** 2ª ed. Coleção Olho Vivo. Brasília, DF, 2010.

FIRJAN. **Ranking IFDM 2010.** Disponível em:  
<http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/downloads.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

LOPES, J. R. “**Exclusão social**” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia & Sociedade*. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativas municipais, 2010.** Disponível em:  
<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/biblioteca.asp>. Disponível em 12 jun. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil, 2003.** Disponível em:  
[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_Municipios\\_Brasil\\_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2003](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003). Acesso em: 21 ago. 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*